

O NEGACIONISMO HISTÓRICO E A ESTEREOTIPAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE PROTAGONISTAS NÃO BRANCOS/AS NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA BRASILEIRA EXPRESSADO ATRAVÉS DO PATRIMÔNIO LITERÁRIO

Thamirys Vitória Lino de Oliveira¹

Maria Fernanda Aguiar Fonseca²

Resumo: O estudo analisa a relação entre o patrimônio literário brasileiro e a representação dos protagonistas não brancos/as na história nacional. Examina como a literatura reflete as relações sociais e contribui para a construção da identidade do povo. Destaca a falta de representatividade e os estereótipos presentes nas obras, como em "A Escrava Isaura" e "Iracema". Perpetuando o racismo, etnocentrismo e a visão eurocêntrica. Aborda a violência étnico-racial historicamente estabelecida, marcada pela colonização e pela naturalização da superioridade branca. Discute a hegemonia cultural, a negação da voz do "outro" e a necessidade de romper com padrões preconceituosos na literatura e na educação. Conclui mostrando o papel do Serviço Social destacando a importância da inclusão e valorização das diferenças, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, livre de preconceitos e discriminações.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Étnico-racial; Etnocentrismo; Estereótipos; Serviço Social.

Abstract: The study analyzes the relationship between Brazilian literary heritage and the representation of non-white protagonists in national history. Examines how literature reflects social relations and contributes to the construction of people's identity. It highlights the lack of representation and stereotypes present in the works, such as "A Escrava Isaura" and "Iracema". Perpetuating racism, ethnocentrism and the Eurocentric vision. It addresses historically established ethnic-racial violence, marked by colonization and the naturalization of white superiority. Discusses cultural hegemony, the denial of the voice of the "other" and the need to break with prejudiced standards in literature and education. It concludes by showing the role of Social Service, highlighting the importance of inclusion and valuing differences, to build a more fair and egalitarian society, free from prejudice and discrimination.

Keywords: Inclusive education; Ethnic-racial; Ethnocentrism; Stereotypes; Social Service.

¹ Graduanda em Serviço Social, 4º período, pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Montes Claros – Minas Gerais, bolsista de Iniciação Científica, 2024. thamirysicm@gmail.com

² Graduanda em Serviço Social, 4º período, pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Montes Claros – Minas Gerais, 2024. mariafaf12@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, pode-se estabelecer que a formação de uma nação está primordialmente intrínseca nas relações sociais, estas que são cotidianamente construídas por diferentes seres sociais, com diversidades étnicas, raciais, de gênero, espiritualidades e saberes. Estudar o patrimônio literário é estudar a história refletida através do imaterial, produzido por diversos grupos sociais, cujo objetivo é a criatividade, a atribuição de significado e valor, como também de preservação da identidade, tradição e história, ainda que sejam estórias, pois evidenciam as expressões artísticas culturais do ser social. Sendo assim, o patrimônio literário contribui para a construção identitária do povo. Em consideração a isso, todos os brasileiros se sentem verdadeiramente representados como protagonistas de sua própria história? Quem realmente somos? Diante destes questionamentos, esse estudo se propôs a pesquisar temas que envolvem a história da nação brasileira, analisando a representação de protagonistas históricos não brancos/as representados/das através do patrimônio literário, e se apresentam [ou não] representações com manifestação de estereótipos, que infelizmente reproduzem o racismo, o etnocentrismo, a visão eurocêntrica e a colonialidade presente na sociedade brasileira. Sendo os sujeitos desta pesquisa: os negros/as e indígenas brasileiros/as, realizando um recorte espacial do Brasil e tendo foco nas produções literárias.

MÉTODO

A metodologia adotada para o estudo se constituiu em fontes documentais e bibliográficas, com o intuito de estudar as representações de protagonistas negros/as e indígenas na história e identidade brasileira, tendo em vista sua inegável participação histórica, assim como análise de algumas das muitas produções literárias brasileiras. Entendendo o patrimônio cultural como um espaço de representações e apresentações democráticas de memórias em tempos de democracia e a diversidade em seus vários aspectos. Bem como a necessidade de valorizar a literatura como parte do patrimônio cultural imaterial. Para tanto, utiliza-se as orientações de Gil e Meinerz (2017) sobre o

ensino da história brasileira com visão eurocêntrica, bem como sua naturalização e tratando de maneira secundária às ideias do sociólogo Aníbal Quijano acerca da colonialidade. Outrossim, a respeito das discussões de Lévi-Strauss sobre as diferenças, raça e história, cultura e etnocentrismo. Ademais, Rocha (1988), em o que é o etnocentrismo. Nessa perspectiva, essa é uma pesquisa qualitativa, descritiva, analítica e explicativa.

DESENVOLVIMENTO

Primordialmente, se faz necessário um estudo que busque a gênese da violência étnico-racial, que anteriormente estava relacionada de maneira errônea à superioridade genética entre brancos e não brancos, tentando comprovar este pensamento foram realizadas diversas experiências científicas com o objetivo de classificar o ser humano em diferentes categorias que seriam motivadas pela diversidade de raças, o que resultará em uma única classificação, o *homo sapiens*, afinal, são todos homens e mulheres pertencentes a uma mesma base de origem biológica. A diferença que enriquece os seres humanos está na cultura dos grupos sociais, que ultrapassa as limitações de aparência fenotípica, tem relação principalmente com a identidade e tradicionalidade. Consequentemente, existem muito mais culturas do que raças. Ademais, deve-se salientar a relevância do patrimônio literário para a (re)construção da identidade dos protagonistas e o papel do patrimônio cultural sendo extremamente importante para o combate ao racismo, à preservação da tradição artística e histórica dos povos, assim como o reconhecimento da identidade do ser social, tanto em seu pessoal, como na educação, política, arte, espiritualidade, valores e entre outros.

Sendo assim, como se constituiu o racismo, o etnocentrismo e principalmente, a hegemonia eurocêntrica? Em estudos antropológicos o sociólogo francês Lévi-Strauss (1980) busca compreender de maneira científica a origem deste pensamento, a resposta se encontra justamente na existência das diferenças, na troca de saberes e as relações com “outros” grupos diferentes do “meu”, porque, quanto mais trocas culturais, mais há desenvolvimento, a partilha de saberes proporciona novas ideias e acúmulo de

habilidades, dentre todos os povos, no continente europeu foi onde ocorreu em maior número desta diversidade de trocas, uma vez que na Europa durante o:

[...] começo do Renascimento era o ponto de encontro e de fusão das mais diversas influências: as tradições grega, romana, germânica e anglo-saxônica; as influências árabe e chinesa. [...] enquanto as culturas que mutuamente se fecundam sobre o solo europeu são o produto de uma velha diferenciação de várias dezenas de milênios, as da América, em que o povoamento é mais recente, tiveram menos tempo para divergirem; oferecem um quadro relativamente mais homogêneo. (Lévi-Strauss, 1980, p. 19)

O que trouxe vantagem aos europeus no que se trata do desenvolvimento de técnicas, de sobrevivência, na educação, arte e entre outras áreas. Porém, isto reforça a importância da necessidade de trocas culturais e distribuição dos conhecimentos entre as culturas e principalmente que estas diferenças sejam preservadas, contrariando a homogeneidade e padronização da cultura. Continuando, são estes aspectos que colocaram a cultura europeia como a “superior” às demais culturas, mas, e a questão da raça? como ela se encaixa e por que há racismo? Para responder a estes questionamentos se faz necessário recorrer à história e o colonialismo é um ótimo exemplo para tal, o objetivo central deste trabalho não é o processo de colonização, mas, sim, utilizá-lo como plano de fundo para compreender a ligação entre raça e cultura, no contexto de violência.

Na história do Brasil não foi diferente, a colonização feita pelos europeus, os portugueses, reforça este pensamento eurocêntrico de superioridade entre as culturas e que traz consigo os efeitos da colonialidade - permanência de traços da dominação colonial eurocêntrica e racista sobre os países dominados, ainda que já tenha ocorrido o fim do período colonial, as características perpetuam na ordem da sociedade - oprimindo tantos os povos originários, os indígenas, como também os negros, traficados da África, ambos para serem escravizados, o cotidiano deste período histórico, aproximadamente 1500-1822, foi datado de violência extrema, tanto dos brancos sobre os escravizados e dos não brancos entre si, nos documentos de história há relatos alarmantes de brigas e castigos³. Neste contexto de naturalização da violência e racismo, os não brancos eram

³ Sugestão de leitura para conhecer mais a respeito deste contexto histórico brasileiro da naturalização de atitudes extremamente violentas, texto de Morelli (2002).

vistos como mercadorias e “sem alma”. A identificação da cultura “superior” foi então associada a “fácil e rápida” indicação pela aparência, as pessoas com traços europeus e de cor de pele branca, sendo os demais, “inferiores” os quais recebem todos os tipos de adjetivos pejorativos:

O racismo brasileiro solidificou-se historicamente através da invisibilidade experimentada nas relações informais e íntimas do cotidiano das pessoas, reproduzindo-se em gestos diários de negatividade, ridicularização e estigmatização dos grupos não brancos do país. (Gil; Meinerz, 2017, p. 23)

Naturalização reforçada atualmente pelas políticas sociais que fragilizam o reconhecimento da importância da diversidade cultural e seu acesso. Outrossim, a educação brasileira, ainda que esta seja uma das principais redes que constroem o ser social. Sendo também, o patrimônio cultural um aliado à ruptura da estigmatização, que igualmente está sendo alvo da colonialidade - realizando a manutenção da violência contra a cultura das/e às pessoas não brancas- mantendo uma visão etnocêntrica. Consoante a redação dada pela Lei nº11.645, de 2008, o Art. 26-A diz que “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”. Todavia, o Portal do Ministério da Educação (2013) reconhece que a garantia da educação para todos não é alcançada apenas através de documentos oficiais como decretos ou similares. Ou seja, não se resume simplesmente a prescrever atividades de ensino ou estabelecer parâmetros e diretrizes curriculares. A qualidade social da educação é uma conquista que se manifesta através dos movimentos sociais, sendo um direito fundamental de todos os membros da sociedade brasileira. Em concordância ao Código de Ética Profissional da/o Assistente Social (1993), nos princípios fundamentais, o assistente social atua como um agente de transformação social capacitando membros de comunidades para reivindicar direitos e enfrentar as desigualdades sociais, contribuindo para a desconstrução das estruturas racistas, em meio a uma “democracia blindada”, termo utilizado por Duriguetto e Demier (2017) que faz referência as resistências pela busca e ampliação de direitos e políticas reformistas da classe trabalhadora, em um Estado neoliberal, reforçado desde o capitalismo monopolista, no qual dificulta o acesso a direitos. Diante disso, é possível perceber a importância das

lutas por direitos e da consciência de classe para si, bem, como, a ampliação da cidadania e da democracia. Além disso, há uma incongruência em estabelecer a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena apenas no ensino fundamental e ensino médio, pois, a educação básica é essencial para o aprendizado social com a diversidade. E mais do que isso, o ensino superior precisa estar inserido na responsabilidade de ter disciplinas da história e cultura afro-brasileira e indígena no Projeto Pedagógico de Curso, é necessário que os professores e profissionais de educação possuam uma formação crítica e de qualidade sobre o tema, afinal, são estes profissionais que estão/estarão responsáveis pela educação em sala de aula para formação dos sujeitos sociais e políticos.

Segundo Gil e Meinerz (2017), apesar da miscigenação e pluralidade de origens étnicas no Brasil, espaço para valorização e reconhecimento da beleza das diferenças, o que ocorre é a estigmatização, desigualdades sociais, ausência e perda de direitos, impulsionados por uma ótica de naturalização - advinda da colonialidade- que utiliza-se do referencial europeu para atribuir a imagem de quem são os brasileiros, principalmente a respeito da estereotipação dos protagonistas não brancos/as. É pueril acreditar que isto não irá refletir-se nas representações do patrimônio cultural, nas relações sociais e na política, sendo como um “palco” que revela todo este processo, como, ocorre na literatura - patrimônio cultural imaterial- por exemplo, que será abordado ao decorrer desta produção científica.

Diante disso, se faz necessário evidenciar a necessidade de romper com este ciclo, tendo também o conhecimento da totalidade, sendo a sociedade racista, patriarcal, eurocêntrica e capitalista. Bem como problematizar o etnocentrismo e suas consequências. Consoante Rocha (1988, p. 5) o “Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência.”, evidenciando sentimentos de hostilidade e objeção em lidar com a diferença. Sendo o eurocentrismo, como discutido anteriormente, aquele que se sobressai hegemonicamente como “superior” e dominador. A naturalização da designação da identidade brasileira, sobretudo das pessoas não brancas, através do pensamento

preconceituoso europeu, traz consigo marcas de negação da voz da sociedade do “outro”, sobre quem ele mesmo é, impondo violentamente uma significação forçada da história e identidade, utilizando a perspectiva do meu “eu” que naturalmente possui este sentimento de estranheza ao diferente, em contexto brasileiro haverá a particularidade da herança, de muitos anos, da centralização da discriminação aos indígenas e negros/as, evidenciando-os como selvagens, desprovidos de intelectualidade, ingênuos, não humanos, preguiçosos, atrasados, também são sexualizados - advindas da violência sexual praticada desde a colonização- e entre outros adjetivos pejorativos. Partindo da concepção que o patrimônio literário deve ser reconhecido como patrimônio cultural imaterial, pois, também expressa cultura social e evidentemente sofre violação dos direitos culturais, que são:

[...] elencados como aqueles que dizem respeito à valorização e proteção do patrimônio cultural; à produção, promoção, difusão e acesso democrático aos bens culturais, à proteção dos direitos autorais e à valorização da diversidade cultural. (Rocha e Aragão, 2011, p. 1)

Outrossim, a violação deste direito se faz presente também no acesso à cultura, tendo em vista a lógica do capital na reificação das relações sociais, uma sociedade onde a sobrevivência é um objetivo difícil de se garantir - para as classes subalternas- e o lazer e a cultura são vistos de maneira elitizada pela população e até mesmo pela políticas, já que estas apresentam fragilidades nesse aspecto.

São efeitos prejudiciais do etnocentrismo no patrimônio cultural, a maneira negativa da construção da identidade de ser indígena e do ser negro/a no Brasil, evidenciando apenas a ótica da violência praticada contra estes grupos e em raríssimas vezes mostram de fato a exuberante beleza da cultura indígena e negra, não está posto aqui que a imagem de resistência não seja importante, porém, para muitas pessoas este contexto histórico - escravidão - está carregado de dor, vergonha e insulto, com uma associação de querer ser não branco/a é apenas relacionado a tudo o qual foi atribuído como desagradável e ruim; e que ser indígena está relacionado a atrasos em tempos de vida moderna e ingenuidade. Isto fragiliza o reconhecimento, pertencimento e significado em manter a tradição da sua própria cultura e do seu “eu”, justamente por conta da imposição que o “outro” conta de

como é ser o “eu” que não lhe pertence, sendo como perfeito e correto apenas a sociedade do “eu” dominador. É necessário mostrar a outra ótica, como protagonistas que são, participando de maneira ativa na construção e desenvolvimento do país, para que assim rompa com este estigma. Pois, a noção de progresso nunca poderá estar associada a um único grupo, seja na dependência voluntária ou não das diferentes culturas entre si:

[...] o dever sagrado da humanidade é conservar os dois extremos igualmente presentes no espírito, nunca perder de vista um em exclusivo proveito do outro; não cair num particularismo cego que tenderia a reservar o privilégio da humanidade a uma raça, a uma cultura ou a uma sociedade; mas também nunca esquecer que nenhuma fração da humanidade dispõe de fórmulas aplicáveis ao conjunto e que uma humanidade confundida num gênero de vida único é inconcebível, porque seria uma humanidade petrificada. (Lévi-Strauss, 1980, p. 23)

Importante dizer que o etnocentrismo não se limita apenas a um grupo social e cultural, pode estar presente em todos, o que se faz necessário construir uma postura de alteridade, que em concorde com Lévi-Strauss (1988) não é negar-se a si mesmo e, sim, conhecer novas culturas, ampliando para além das particularidades, contribuindo até mesmo para o reconhecimento de “quem somos e qual a nossa identidade”. Notório esclarecer que não se trata de etapas a serem realizadas para atingir tal objetivo e sim de concepção.

EXEMPLO DE PROTAGONISTAS NEGROS/AS E INDÍGENAS QUE FORAM RETRATADOS COM ESTEREÓTIPOS

Neste subtítulo será evidenciado exemplos da negação histórica da participação dos protagonistas não brancos/as na identidade brasileira, bem como os estereótipos presentes no patrimônio literário, através de uma breve análise de três produções, sendo uma delas a carta de Pero Vaz de Caminha.

Em se tratando da identidade negra presente [ou não] na literatura brasileira, pode-se evidenciar como resultados desta pesquisa a forte ausência de representações de

personagens negros/as, sendo o negacionismo histórico, como também a presença de estereótipos, uma vez que a aparição é:

Praticamente inexpressivo antes do romantismo, a abordagem do tema negro mostra-se preconceituosa mais pela ausência do que pela presença, o que é facilmente compreendido atentando-se para a carência de escritores e a associação com o grupo burguês escravocrata dos poucos que existiam. Com o romantismo, a partir de 1830, mais ou menos, percebe-se o personagem negro mais presente – mas não mais representativo – na literatura, sem ser realmente valorizado. Assim, ele era apenas um mero tema do momento histórico, sempre escravo, nunca um ser humanizado e atuante. (Calegari e Moreira, 2017, p. 50)

Ademais, a figura negra se encontra como coadjuvantes que se reconhecem e se conformam como inferiores às pessoas brancas. Uma das produções que pode ser usar como ilustração ao racismo e o etnocentrismo presente na literatura, é a produção “A Escrava Isaura” de 1999 do escritor Bernardo Guimarães (1825-1884), que possui como sinopse a estória de uma mulher branca filha de mãe negra escravizada e explorada sexualmente por um português, que então se torna o pai de Isaura. Após a morte de sua mãe e expulsão do seu pai da fazenda onde viviam, Isaura recebe “educação branca” através da criação feita pela esposa do Sr. Almeida, mas, continua como escravizada, que ao decorrer da estória vai ser vítima de perseguição de Leôncio para satisfazer seus desejos pervertidos e encontra seu amor verdadeiro, o Álvaro, a quem precisará conquistar sua posse em meio a desafios. Há muitos leitores que encontram beleza em “A Escrava Isaura” (1999), existindo críticos que defendem a produção como tentativa de colocar uma mulher branca em contexto de violência contra negros/as, com a proposta de trazer reflexões sobre o tema. Todavia, é inegável que a produção apresente muitos elementos racistas, preconceituosos e etnocêntricos/eurocêntricos, que revelam não só o pensamento preconceituoso coletivo, como, também, próprio da visão do “eu” escritor sobre a figura do “outro” personagem negro/a. Segundo a análise feita por Calegari e Moreira (2017) da obra, está presente em toda a produção o branqueamento da personagem Isaura, por ser filha de pai europeu e não negra genuína, como uma qualidade que a proporciona uma categoria da população branca, na inteligência e beleza, mas que ainda sabe reconhecer o “seu lugar”, sendo ainda inferior pelas suas raízes, que embora não se manifestam tanto na aparência, está em sua genética. Como é evidenciado

explicitamente em dos vários trechos preconceituosos: “[...] deram-te uma educação, como não tiveram muitas ricas e ilustres damas que eu conheço. És formosa, e tens uma cor linda, que ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano.” (GUIMARÃES, 1999, p. 12). Deste modo, há uma tentativa de evidenciar que o branqueamento a torna melhor e indigna de ser maltratada, embora não seja “branca de verdade”, visão etnocêntrica que se alicerça na aparência para associar quem não pertence a cultura “superior”, a europeia.

Paralelamente, os indígenas também possuem sua participação como protagonistas recusados, sendo pouco presentes na literatura:

Entre os grupos ignorados, o indígena é um exemplo de exclusão, e até porque a inserção deles na literatura é tardia pela falta de espaço e por coincidirem, historicamente, com as lutas sociais ocorridas no último século. [...] Apenas aparecem nos primeiros registros do Brasil feitos pelos portugueses, sendo destacados textos dos colonizadores e jesuítas [...] foi decretado que o índio seria o símbolo da memória nacional, de modo idealizado conforme os padrões canônicos. (Zancan, 2017, p. 63)

Dentre as produções, é interessante analisar a transição da narrativa de quem é o “outro”, os indígenas, pela ótica do “eu” escritor, quando se compara os primeiros relatos da carta de Pero Vaz de Caminha ao rei português D. Manuel I, o qual descrevia os indígenas com estranheza, como, selvagens, andavam nus e sem constrangimento, armados com arcos e flechas, pardos e entre outras descrições. Já os romances indianistas que idealizam os indígenas, com características medievais, sendo heróis, aventureiros, fortes, bonitos, valentes, porém, sempre submissos ao colonizador, como são as personagens Iracema e Poti na obra “Iracema”, primeira publicação em 1865, escrita por José de Alencar. Ainda que tenha mudado os adjetivos pejorativos para qualitativos, não possui a voz dos indígenas, são silenciados até os dias atuais, os leitores não podem ficar limitados a produções eurocêntricas a respeito da cultura dos povos originários brasileiros. A literatura representa Iracema como uma indígena submissa a cultura europeia por Martim que é colocado como conquistador, no qual não respeita as heranças culturais, a exemplo do segredo de Jurema. Iracema na qual se distancia das suas origens da tribo Tabajara para seguir Martim, que a deixa muito tempo sozinha mesmo após saber da sua gravidez, que falece de melancolia. Consoante Zancan (2017), muitas comunidades

indígenas produzem seus próprios textos, que são inclusive alvos da violação de direitos autorais. A escrita não deve ser utilizada como instrumento dominador e sim para ser usada como defensora da memória e cultura, as produções são escritas na língua de origem e também são traduzidas para o português. Entretanto, não são usadas na educação brasileira, limitando o estudo apenas a ótica eurocêntrica, como discutido anteriormente. Importante dizer que nenhuma das obras literárias citadas acima foram escritas por negros/as e/ou indígenas. Além do mais, estes estereótipos e preconceitos contribuem para as consequências antes discutidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Posto isto, é possível perceber como a literatura tem forte impacto na (re)construção da identidade brasileira e que deve ser inclusiva, elaborada e reconhecida como espaço democrático de memórias, tal qual é a proposta do patrimônio cultural. O objetivo da pesquisa em responder as perguntas guias foi alcançado, não são todos os brasileiros que se sentem representados como protagonistas de sua própria história, como um país com diversidades étnicas e culturais, porém, que cristaliza as relações sociais, sendo o Brasil carregado de traços excludentes e de colonialidade, discriminando os não brancos/as, através de poucas referências e quando há presença destas, é com estereótipos, violência e preconceitos.

Diante disso, se faz necessário reavaliar as políticas sociais, em consequência de suas fragilidades em garantir o acesso à cultura e educação, a preservação, proteção dos direitos autorais e à valorização da diversidade cultural. Assim como utilizar os textos originais de autores não brancos/as sobre quem eles são, dando espaço para a sociedade do “outro” se posicionar. Sendo de fundamental notabilidade que as medidas a serem realizadas para reverter de maneira crítica ao impasse - que é uma das expressões da “Questão Social”, pois se insere também nas contradições do capital, negando direitos - não se resumem e/ou se limitam ao campo da imediatividade, é necessário a práxis profissional, com uma concepção de mediação que leve em conta a universalidade, particularidade e singularidade. Outrossim, a responsabilidade do Estado em assegurar e

ampliar os direitos de todos/as brasileiros/as. Aliado ao papel do assistente social na pesquisa e produção de conhecimento, com o fim de fortalecer identidades culturais, promovendo emancipação política e humana, para romper com o ciclo da formulação das políticas sociais distantes dos interesses, estratégias e demandas dos protagonistas não brancos/as. Empenhando as organizações da sociedade civil, coletivização das lutas, ampliação dos direitos políticos e sociais. Outrossim, preservando as diferenças e as trocas culturais, em garantir melhor qualidade de vida, sejam as novas técnicas desenvolvidas por qualquer das culturas existentes, o objetivo não é limitar o espaço de interações e práticas culturais, mas preservar as diferentes culturas que enriquecem o ser humano e construir juntos uma sociedade com qualidade a todos/as. Afinal, o progresso nunca poderá ser limitado a um único grupo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José de. **Iracema**. 24. ed. São Paulo: Ática, 1991. (Bom Livro)

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 05 de abr. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**, 2013. (p. 14) Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em 06 abr. 2024

CALEGARI, L. C.; MOREIRA, F. M. **Processos de (des)legitimação do cânone: o negro na história da literatura brasileira**. In: Litterata: Revista do Centro de Estudos Hélio Simões. v. 6 n. 2 (2016): Revisões do cânone, 02 out. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.36113/litterata.v6i2.1394> Acesso em: 02 dez. 2023

CFESS, Código de Ética Profissional da/o Assistente Social. **Princípios Fundamentais**. 1993

DURIGUETTO, Maria Lúcia; DEMIER, Felipe. **Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo**. In: Argumentum, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 8–19, 2017. DOI: 10.18315/argum.v9i2.17066. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/17066>. Acesso em: 01 abr. 2024.

GIL, C. Z. de V.; MEINERZ, C. B. **Educação, patrimônio cultural e relações étnico-raciais: possibilidades para a decolonização dos saberes.** *Horizontes*, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 19–34, 2017. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/436>. Acesso em: 24 nov. 2023.

GUIMARÃES, Bernardo de. **A escrava Isaura.** São Paulo: Ática, 1999. (p. 12)

LÉVI-STRAUSS, C. **Raça e história.** Lisboa: Presença, 1980. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2844023/mod_resource/content/1/L%C3%89VI-STRAUSS%20Claude_Ra%C3%A7a%20e%20hist%C3%B3ria.pdf . Acesso em: 20 ago. 2023

MORELLI, J. R. P. **Fragmentos do cotidiano em uma sociedade escravista - Resistência, acomodação, solidariedade e conflitos como estratégias de sobrevivência.** In: *Escravos E Crimes - Fragmentos Do Cotidiano: Montes Claros De Formigas No Século XIX.* Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2002. p. 102-155. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-30090/escravos-e-crimes---fragmentos-do-cotidiano-em-montes-claros-de-formigas-no-seculo-xix>. Acesso em: 20 set. 2023

ROCHA, Everardo Pereira Guimarães. **O que é etnocentrismo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. p. 5-10. Disponível em: <https://comunicacaoesporte.files.wordpress.com/2010/10/colec3a7c3a30-primeiros-passos-o-que-c3a9-etnocentrismo.pdf> Acesso em: 08 set. 2023

ROCHA, S.C.; ARAGÃO, A. L. **Direitos culturais no Brasil e uma breve análise do programa Cultura Viva.** In: *Artigos do II Seminário Internacional de Políticas Culturais, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.* Disponível em: http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_SophiaCardosoRocha_e_outro_Direitos_culturais_no_Brasil_e_uma_breve_analise_do_Programa_Cultura_Viva.pdf . Acesso em 01 dez. 2023

ZANCAN, M. R. K. **A literatura canônica e a voz do indígena.** In: *Litterata: Revista do Centro de Estudos Hélio Simões.* v. 6 n. 2 (2016): Revisões do cânone, 02 out. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.36113/litterata.v6i2.1395> Acesso em: 27 nov. 2023